

Um Estudo Sobre a Utilização da Contabilidade Gerencial Pelas Empresas Pertencentes ao Pólo de Confecção do Agreste Pernambucano

FRANCINEIDE BORGES DE LIMA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

UMBELINA CRAVO TEIXEIRA LAGIOIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

SUÊNIA GRAZIELLA OLIVEIRA DE ALMEIDA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

ANA LÚCIA FONTES DE SOUZA VASCONCELOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

RESUMO

Este artigo teve como objetivo precípua analisar até que ponto as empresas do pólo têxtil do agreste pernambucano no Brasil utilizam as informações da contabilidade gerencial (controle de custos e elaboração do fluxo de caixa) para alcançar o lucro desejado. Para a consecução do objetivo proposto, desenvolveu-se uma pesquisa descritiva que, suportada em pesquisa bibliográfica, permitiu descrever o ambiente de um conjunto de empresas, do setor têxtil de transformação na cidade de Santa Cruz do Capibaribe-PE-Brasil. Os dados coletados foram analisados por meio da estatística descritiva e de forma complementar através da estatística não paramétrica. Utilizou-se como estratégia a pesquisa exploratória por meio da aplicação de questionários estruturados a uma amostra probabilística composta por 68 empresas localizadas na região foco deste estudo. O estudo concluiu que a maioria dos entrevistados utilizam as informações geradas pelo sistema de custos para a condução dos seus negócios e elaboram fluxos de caixa nas suas empresas. Contudo, estas informações não são levadas em conta no processo de formação de preços, na medida em que os gestores formam preços com base nas expectativas no mercado.

Palavras- chave: Princípio da Entidade, Formação de Preço, Fluxo de Caixa.

1. INTRODUÇÃO

Tendo em vista o novo cenário econômico brasileiro estabelecido desde 1994 com o fim da inflação e um conseqüente desenvolvimento nacional, as empresas tornam-se mais competitivas. Assim, o tecido empresarial busca não apenas sobreviver a este novo cenário, mas também desenvolver ferramentas de gestão para obter os resultados desejados e destacar-se no mercado.

No Brasil, as empresas de pequeno e médio porte são predominantes e estas possuem as seguintes características: estruturas familiares onde o gestor é o administrador financeiro e as decisões são tomadas de forma individual pelo proprietário. Entretanto algumas dessas empresas adotam alguns métodos informais de gestão, buscando sobreviver ao mercado (SEBRAE, 2005).

Como conseqüência desta realidade é possível que tais empresas não façam o devido reconhecimento do patrimônio da empresa como entidade distinta do sócio. A unidade econômica que exerce controle sobre os recursos, aceita a responsabilidade por assumir, cumprir compromissos e conduzir a atividade econômica. Essa entidade contábil pode ser um

indivíduo, uma sociedade por cotas, uma sociedade por ações ou ainda um grupo consolidado envolvido em sociedade com ou sem fins lucrativos (HENDRIKSEN e VAN BREDA, 1999). O uso deste princípio é uma ferramenta de auxílio relevante para gerar informações confiáveis e oportunas para todas as entidades, e em especial, para as pequenas e médias empresas.

Na construção de uma informação gerencial segura, destacam-se fatores relevantes para a administração de uma organização, tais como, a identificação dos custos empresariais, o controle e a gestão destes custos. Referencia-se também outra importante ferramenta de gestão para a informação gerencial: a utilização das informações de custos para a formação do preço de venda e obtenção de lucro desejado.

Maher (2001) salienta que a utilização dessas ferramentas é oportuna na formação de uma informação gerencial segura para a tomada de decisão. Para Antunes (2004), não basta apenas utilizar um sistema de contabilidade gerencial ou de custos é necessário direcioná-lo e assegurar a veracidade das informações, haja vista que diante de mudanças aceleradas, os dados do passado não são suficientes para gerenciar o presente e futuro.

Diante da necessidade de gestão baseada em dados oportunos e tempestivos para analisar as empresas em sua operacionalidade, o fluxo de caixa também se destaca como um instrumento importante de gerenciamento, na medida em que este reflete os resultados obtidos, a capacidade de identificar as disponibilidades da empresa, além de outras funções.

Esta pesquisa tem por foco de estudo as pequenas e médias empresas situadas no Agreste de Pernambuco. Trata-se do Pólo de Confecção que é formado pelas seguintes cidades: Caruaru, Toritama, Santa Cruz do Capibaribe e Surubim. De acordo com Lucena (2004), estas cidades têm sua principal atividade econômica voltada para o setor têxtil

Diante do exposto, emerge a pergunta de pesquisa deste artigo: **Até que ponto as empresas que formam o Pólo de Confecção do Agreste Pernambucano utilizam as informações da contabilidade gerencial para alcançar ao lucro desejado?**

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade

Segundo Martins (2004,p.52) a estrutura conceitual básica da Contabilidade significa a composição, o arcabouço, a intimidade do edifício contábil.

Com a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis em outubro de 2005 a estrutura conceitual básica da contabilidade passou a ser baseada no arcabouço teórico do IASB, substituindo a estrutura do Ibracon. Em lugar dos postulados, princípios e convenções, a estrutura do CPC apresenta os pressupostos básicos e as características qualitativas da informação contábil.

2.1.1 Pressupostos básicos

a) Regime de Competência – as demonstrações contábeis devem ser preparadas conforme o regime contábil de competência. Com o regime de competência, os usuários passam a ter informação não somente sobre transações passadas, mas também sobre obrigações de pagamento no futuro e recursos que serão recebidos no futuro, sendo mais úteis para o usuário.

b) Continuidade – O pressuposto das demonstrações contábeis é que a entidade está em marcha e continuará em operação num futuro previsível. Caso a entidade esteja em liquidação, com previsão de redução substancial da escala de operação.

2.1.2 Características Qualitativas da Informação Contábil

As características da informação contábil são relevantes para a sua aplicação e são fatores cruciais a respeito da informação a ser divulgada condicionando a inteligibilidade ou a compreensão da informação proposta (HENDRIKSEN e VAN BREDA, 1999). A natureza do usuário da informação é impactante na objetividade da informação.

As informações contábeis devem apresentar características qualitativas, que são atributos que fazem com que a contabilidade seja útil para o usuário. São quatro características;

- i. Compreensibilidade – as demonstrações contábeis devem ser prontamente entendidas pelos usuários que possuam um conhecimento razoável dos negócios, das atividades econômicas e da contabilidade, além de ter disposição para estudar as informações com diligência.
- ii. Relevância – As informações são relevantes quando influenciam as decisões econômicas dos usuários (do passado, presente e futuro), confirmando ou corrigindo as avaliações anteriores. A relevância das informações é afetada pela natureza e materialidade. Uma informação é considerada material quando sua omissão ou distorção influencia na decisão do usuário.
- iii. Confiabilidade – A informação deve ser confiável, o que significa estar livre de erros ou vieses relevantes. Uma informação pode ser relevante, mas não confiável, quando o reconhecimento distorcer as demonstrações contábeis. Em situações onde o impacto financeiro de uma transação é muito incerto, não é apropriado o reconhecimento, como é o caso do goodwill. A confiabilidade significa a representação com propriedade dos eventos, a prioridade da essência sobre a forma, a neutralidade, a integridade e a prudência.
- iv. Comparabilidade – uma das características qualitativas é a possibilidade dos usuários compararem as demonstrações contábeis ao longo do tempo e entre diferentes entidades. Isto significa que transações semelhantes devem ser reconhecidas de forma semelhante pela entidade ao longo do tempo e por diversas entidades diferentes.

A estrutura conceitual apresenta duas limitações importantes na relevância e na confiabilidade:

- i. Tempestividade – A demora na divulgação das informações pode significar a perda de relevância. Entretanto, em muitas situações, a rapidez na divulgação das informações pode comprometer a confiabilidade. A estrutura conceitual estabelece que o equilíbrio entre relevância e confiabilidade deva ser dado pelo processo decisório dos usuários. Uma vez que a identificação das necessidades dos usuários é muito difícil na prática, o critério é o julgamento da administração da empresa.
- ii. Equilíbrio entre Custo e Benefício – Uma informação deve obter um benefício superior ao custo de sua obtenção. A estrutura conceitual reconhece que isto é um exercício de julgamento. Além disto, enquanto os benefícios são usufruídos pelos usuários, os custos são arcados pela entidade

2.2 A Informação Contábil nas Pequenas Empresas

No cenário econômico atual onde as empresas enfrentam um cenário competitivo, a informação é uma característica preponderante e indispensável. Partindo do princípio de que as decisões são tomadas continuamente, as demonstrações contábeis fornecem informações para se estudar o processo decisório. Neste sentido, a informação é voltada para cada tipo de

usuário. Aos usuários externos (acionistas, clientes, fornecedores, credores, Estado, sindicatos e etc.), interessam as informações que são fornecidas pela Contabilidade Financeira, expressas em relatórios denominados de demonstrações contábeis. Aos usuários internos (diretores, gerentes, associados, trabalhadores e etc.), interessam as chamadas informações gerenciais, que fazem parte da Contabilidade Gerencial e que se destinam à tomada de decisões gerenciais.

Na visão de Kam (1986,p.350) *“a informação é relevante para uma decisão se ela pode reduzir a incerteza sobre as variáveis inseridas no processo decisório”*. Informações sobre atividades passadas ajudam na previsão de resultados de atividades futuras relacionadas.

Assim, para ser relevante, a informação deve ser oportuna, ter valor preditivo ou valor de feedback. Contudo a relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Neste sentido, a informação contábil não se fundamenta apenas pela obrigatoriedade legal, cumpre salientar as informações gerenciais, que não são obrigatórias, mas, no entanto, são relevantes para formar aquelas obrigatórias e para os gestores, como decisões de custo, formação de preço e outras. Assim, o conceito da informação voltada ao usuário interno, como informação gerencial, constitui-se parte do sistema gerencial voltado a este usuário Hansen e Mower (1997).

Neste sentido a informação gerencial não é utilitária apenas na visão contábil, mas na visão econômica, voltando-se para o atendimento do usuário interno, atendendo às suas necessidades. O processo decisório na empresa familiar ou MPE (Micro e Pequena Empresa) geralmente é realizado por uma única pessoa, as atitudes tomadas são relacionadas diretamente aos valores morais do administrador, ou seja, passa a valer o seu perfil (Queiroz, 2005).

2.3 Teoria dos Sistemas de Custeio

Em um ambiente de acirrada competição, a gestão econômica das empresas tornou-se bastante dinâmica e complexa, exigindo maior atenção por parte dos gestores. Por isso, cada vez mais, é imprescindível a utilização de relatórios capazes de informar com precisão de valor e tempo sobre os custos das empresas (WERNER, 1999). Este pensamento de que, um eficiente sistema de custos é fundamental para sobrevivência num mercado competitivo, tem feito parte do cenário das empresas e é consenso entre diversos autores contemporâneos que têm trabalhado com estratégia, produtividade organizacional, dentre outros assuntos.

2.3.1 Principais Sistemas de Custeio Existentes

a) Sistema de Custo Tradicional por Absorção

“Historicamente, o custeio por absorção veio ser utilizado mais em razão dos critérios de avaliação de inventários do que das necessidades gerenciais da empresa. (PADOVEZE 2000, p.342)”. Com o passar do tempo os sistemas de custeio evoluíram em busca de informações que apoiassem o controle das operações, ao analisar resultado e analisar produto. O custeio por absorção é o método indicado pela lei 6.404/76, lei das sociedades anônimas (IUDÍCIBUS *et al* 2003, p.344). Neste sistema de custeio os produtos observam uma parcela dos custos fixos e variável, seguindo um critério de distribuição, de acordo com este método os custos são formados por três componentes básicos: matéria-prima, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabricação que são alocados ao produto através de rateio.

b) Sistema de Custos Diretos ou Variável

São chamados os custos e despesas cujo montante em unidade monetária variam na proporção direta das variações do nível de atividades, (PADOVEZE 2004, p.329). Para Perez Junior, Oliveira e Costa (1999), o fundamento de sistema de custeio direto está na separação

entre custos fixos e variáveis, onde os primeiros não dependem do volume de produção, sendo encarregados como encargos necessário para o funcionamento da empresa.

Conforme Garrison, Noreen e Brewer (2007) um custo direto é aquele que pode ser facilmente identificado com o objeto específico de custo sob análise. O conceito de custo direto não inclui apenas matéria-prima direta e mão-de-obra direta, pode estar também relacionado com despesas administrativas.

c) Sistema de Acumulação de Custos

O sistema de identificação e acumulação de custos tem a finalidade de identificar os valores e os acumula de acordo com alguns critérios estabelecidos (FIORESE, 2005 p.38). Partindo do processo produtivo da empresa e seu ciclo operacional, a empresa tem condições de escolher, o sistema de acumulação de custos, que se coordena com seu processo produtivo (PADOVEZE 2000, p.315). Ainda na visão do autor o sistema de acumulação de custos indica os caminhos para a coleta, processamento e saída das informações para custeamento dos produtos. É o segmento estrutural de bancos de dados da contabilidade de custo.

d) Sistema de Custo Padrão

Os custos padrões são estabelecidos segundo estudos de engenharia e são cuidadosamente apurados, levando-se em conta o presente e o passado. Para determinação dos custos padrões, há necessidade de seguir alguns critérios: Seleção minuciosa do material utilizado na produção; Estudos de tempo e desempenho das operações produtivas; Estudos de engenharia sobre equipamentos e operações fabris. Conforme Garrison, Noreen e Brewer (2007) um padrão é um marco de referência para fins de mensuração de desempenho. Os padrões são fixados tanto para o custo quanto para a quantidade de insumos necessários para fabricar bens ou prestar serviços.

e) Sistema de Custeio Baseado em Atividade

O custeio por atividade não é denominado como método tradicional, conhecido como um método mais eficaz na geração de informação de custos. “*O custeio baseado em atividades é um método de custeio em que os custos inicialmente são atribuídos a atividades e depois aos produtos, com base no consumo de atividades pelos produtos*, (Maher 2001, p.280)”. Na visão de (MAHER, 2001) nenhum sistema de custo pode medir custo perfeitamente. No entanto o custeio baseado em atividade fornece informações mais precisas porque ele procura identificar quais atividades causam quais custos, e aí calcula os custos dessas atividades; com isso, o sistema identifica mais claramente e mede com maior precisão os custos de realização das atividades necessárias à fabricação do produto.

f) Unidade por Esforço de Produção

“O sistema da unidade de esforço de produção baseia-se na unificação da produção de empresas multiprodutoras mediante definição de uma unidade de medida comum a todos os artigos da empresa” (BORNIA, 1995, p. 481).

De acordo com Beuren e Oliveira (1996), esta metodologia está relacionada apenas aos custos de transformação da matéria-prima em produtos acabados, o custo da matéria-prima também não é incluído no processo. Assim, o sistema da unidade de esforço de produção apresenta restrições no custeamento total dos produtos, visto que ele não se aplica à mensuração das operações que não guardam relação direta com o processo produtivo. O sistema da unidade de esforço de produção procura mensurar o custo de produção de diferentes produtos da empresa por meio de uma única unidade de medida, a UEP.

2.5 A Formação do Preço

A definição de preço, para Maccarthy (1982), é o que é cobrado por algo, mesmo que esteja avaliado de forma incorreta. Já na visão de Churchill Jr. e Peter (2000), preço é a quantidade de dinheiro, bens ou serviços que deve ser dada para adquirir a propriedade ou uso de um produto.

Diante da competitividade, as empresas têm buscado contínuo aprimoramento da qualidade em todos os processos e atividades que executam, buscando obter a aceitação dos seus produtos e serviços para alcançar não apenas a permanência no mercado que atuam, mas também, outros objetivos almejados (GARRISON E NOREEN, 2001).

Na visão de Santos (1999, p.22) a decisão do preço de venda deverá buscar a otimização da relação preço/custo/volume, a qual a empresa poderá obter do fluxo de lucros contínuos em longo prazo, permitindo a otimização no uso da capacidade instalada, além de garantir um retorno satisfatório sobre os capitais investidos no negócio. Para Bernardi (1998, p.219) os preços de vendas podem ser determinados a partir dos seguintes fatores: os objetivos definidos, a demanda identificada e da concorrência.

2.6 Demonstração de Fluxo de Caixa

As empresas necessitam de informações que reflitam o capital de giro, ou seja, suas disponibilidades, como consequência do uso de informações gerenciais realizadas no processo operacional da empresa. No Brasil, a informação, demonstração de origens e aplicações de recursos, tem sido substituída pelo fluxo de caixa. Segundo Braga (2001) a demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) tem como finalidade apresentar informações sobre os fluxos das transações e eventos que afetam o caixa da empresa ao longo de um determinado período.

Da necessidade de uma maior visão dos fluxos de recursos financeiros, surgiu nos Estados Unidos, na década de 1970, a elaboração de um fluxo de fundos e, a partir de novembro de 1987, o Financial Accounting Standard – FASB - entidade que regulamenta as políticas e procedimentos contábeis naquele país, emitiu um pronunciamento, o FAS 95, dividindo o que conhecemos hoje como fluxo de caixa em três grupos, conforme expõe Silva, Santos e Ogawa (1993): atividades operacionais, atividades de investimentos e atividade de financiamento. O número de países que vem efetuando a substituição da DOAR pela DFC é cada vez maior e o Brasil é um deles.

2.7 A Importância das Demonstrações de Fluxo de Caixa na Empresa Familiar

Através do fluxo de caixa, a administração da empresa poderá adotar medidas que possibilitam a boa gestão dos seus recursos, evitando desta forma problemas de liquidez e insolvência, que são a maior ameaça à contabilidade das empresas (FRIEDRICH, 2005, p. 4).

Diante do exposto, para as empresas, os benefícios das demonstrações de fluxo de caixa são relevantes na aplicação de uma empresa. Em particular, as empresas de porte menor são mais decisivas, enfocando um dos benefícios da avaliação da lucratividade e os fluxos líquidos, assim como este impacto nos preços. Neste sentido, o gestor de empresas pequenas depara-se com uma diferença de acontecimentos comparável ao de uma empresa de grande porte, ou seja, alguns gestores de empresas pequenas vêm da experiência técnica na área e outros da experiência de gestão em grandes empresas. Assim, a demonstração de fluxo de caixa traz projeções futuras e simulações ao gestor, que passa a compreender o efeito das mudanças de prazo de pagamento e recebimento, estocagem de aumento ou distribuição de margem de vendas, controle de custos e outros fatores característicos da atividade empresarial.

3. MÉTODO DE PESQUISA

Cervo e Bervian (1983) explicita que o método é apenas um conjunto ordenado de procedimentos que se mostraram eficientes, ao longo da história, na busca do saber. O método científico é, pois, um instrumento de trabalho.

Para a realização deste estudo desenvolveu-se uma pesquisa descritiva que, suportada em pesquisa bibliográfica, permitiu descrever o ambiente de um conjunto de empresas, do setor têxtil de transformação na cidade de Santa Cruz do Capibaribe-Pe-Brasil. Mattar (1996) menciona que há dois tipos básicos de pesquisa descritiva: levantamento de campo e estudo de campo. A diferença básica entre eles está na maior amplitude e menor profundidade dos levantamentos de campo em relação ao estudo de campo. Com o levantamento de campo procura-se ter dados representativos da população de interesse e sua ênfase está em sumários estatísticos desta população. Dentro deste contexto esta pesquisa classifica-se como levantamento de campo.

3.1 Contextualização do Campo de Estudo: Pólo de Confeção do Agreste de Pernambuco

O campo de estudo desta pesquisa caracteriza-se como uma economia composta de um aglomerado de empresas no segmento têxtil concentrado na confecção de roupas voltada para todos os públicos e atende a economia local e nacional. Esses aglomerados de empresas também são conhecidos como APL (Arranjos Produtivos Locais) (ARAUJO, 2006).

O Pólo de Confeção está situado em um conjunto de áreas no Estado de Pernambuco que tem suas atividades voltadas para a produção de artigos do vestuário. São os chamados *clusters* de produtos de vestuário de Pernambuco, os quais estão localizados em grandes áreas de produção e comércio de Pernambuco.

A produção do Pólo têxtil do Agreste pernambucano composto pelos municípios de Caruaru, Toritama, Santa Cruz do Capibaribe e Surubim está estimada em cerca de 57 milhões de peças por mês. O pólo reúne mais de 12 mil unidades de produção, das quais 8% são classificadas como formais. O negócio emprega 76 mil pessoas e fatura um montante de R\$ 144 milhões por mês (FADE/UFPE, 2003).

O Pólo têxtil se desenvolve como uma economia através de empreendimentos familiares, onde os gestores das empresas são os proprietários e são também responsáveis pelos departamentos de produção, vendas e financeiro (RAPOSO e GOMES, 2003).

3.2 Caracterização Econômica Social do Pólo de Confeção

Tendo em vista os dados da Organização Mundial do Comércio, entre 1995 e 2000, o setor têxtil vem crescendo no Brasil em taxas mais elevadas (5,9% a.a) do que as do comércio mundial (4,6% a.a). Para tanto, incentivos foram realizados para auxiliar a competitividade do setor têxtil, através de financiamentos disponibilizados pelo BNDES no valor de U\$\$ 2 milhões na década de noventa. Isso evidencia a prosperidade do setor têxtil no Brasil.

Dados sobre o segmento têxtil no Estado de Pernambuco evidenciam que a população residente na região analisada apresenta um acentuado crescimento quando comparado a outras taxas no Brasil e no Nordeste. A referida economia local, como tem crescido de forma acelerada nos últimos dez anos, como consequência, possui uma população que tem um grande número de pessoas ocupadas, as quais possuem uma cultura informal. No Pólo Têxtil em tela existem fábricas de confecção de roupas de médio porte e pequeno porte, bem como fábricas de roupas formais que empregam pessoas com registro em carteira de trabalho e fábricas informais que empregam informalmente. Produções voltadas para feiras locais, acontecem semanalmente nas cidades do Pólo do Agreste de Confeção (SEBRAE, 2005).

Segundo, Lucena (2004) além da confecção, a vida econômica gravita em torno do comércio muito intenso. A cidade tem pobreza, como todo o país, mas o desemprego é quase

nulo. As casas, praticamente a totalidade delas, se transformam em fábricas, com costureiros e costureiras que confeccionam suas peças e vendem para todo o estado do Nordeste. E não somente ali: Cuba e África do Sul, Paraguai, também têm comprado quantidades crescentes da produção da região.

Segundo pesquisa recente do SEBRAE (2005) as empresas Pólo Têxtil não têm se limitado apenas para esses países supracitados e sim para os demais países da América do Sul, assim como países europeus como Portugal e Espanha.

3.3 População e Amostra

A população de interesse foi alcançada por meio de cadastro de empresas da ASCAP- Associação de Confeccionista de Santa Cruz do Capibaribe-PE, a qual conta com 200 empresas associadas. Como estratégia se utilizou a pesquisa exploratória por meio da aplicação de questionários estruturados a uma amostra probabilística composta por 68 empresas localizadas na região foco deste estudo.

Para a presente pesquisa empreendeu o plano de amostragem não probabilística do tipo não intencional, sendo formada pelas empresas que aceitaram responder ao questionário, totalizando 45 respondentes.

3.4 Técnicas de Coleta de Dados

Os dados foram coletados por meio da aplicação de questionários estruturados aplicados diretamente pelos autores da pesquisa. Os questionários foram divididos em dois grupos. No primeiro grupo estão contidas informações sobre dados demográficos dos respondentes. No segundo, estão contidas as informações sobre o objeto da pesquisa; quais sejam: a forma de gestão de custos; a formação de preço dos produtos; e a utilização de informações relacionadas ao fluxo de caixa.

Os dados coletados foram analisados por meio da estatística descritiva e de forma complementar através da estatística não paramétrica, haja vista que os dados coletados são métricos.

No que concerne aos testes U de Mann-Whitney a fim de se buscar aproximação entre os dados de natureza demográfica e os dados relacionados com o objetos da pesquisa, foram considerados relevantes as negociações cujo D SYP for menor que 5%.

4. ANÁLISE E DESCRIÇÃO DOS DADOS

Os dados obtidos com os questionários foram tabulados e analisados por meio do pacote estatístico SPSS v. 15. Inicialmente procedeu-se com a análise descritiva dos dados e na sequência utilizou-se da estatística não paramétrica, a fim de se verificar possíveis correlações entre as variáveis pertencentes ao primeiro grupo com as do segundo grupo. Foram consideradas estatisticamente relevantes as correlações que apresentaram o Asymp. Sig inferior a 5%.

4.1 Análise Descritiva do Grupo 1: Perfil Dos Respondentes

A análise dos dados permitiu verificar que a maioria dos respondentes (42,2% da amostra) é formada por jovens empreendedores, com idade variando entre 20 e 30 anos; seguidos por 31,1% dos respondentes com idade entre 31 e 40 anos; e 26,7% com idade acima de 40 anos.

No que se refere ao gênero, observou-se que a amostra é majoritariamente feminina (53,3%). Pode-se também verificar que 82% dos perquiridos possuem ensino fundamental ou médio e apenas 18% possuem nível superior.

Quando perguntados sobre o tempo em que atuam no negócio, constatou-se que 31% da amostra afirmou estar no negócio há pouco tempo, entre 1 e 5 anos; 17,8% dos

entrevistados já está atuando no ramo entre 6 e 10 anos; 33,3% entre 11 e 20 anos e 17,8% acima de 20 anos.

No tocante ao ramo de atividade, verificou-se que 84% dos respondentes operam na indústria, seguidos por 16% que trabalham no comércio. Com relação ao faturamento médio mensal das empresas pesquisadas, obteve-se a seguinte distribuição percentual: a maioria dos respondentes (31%) apresentou um faturamento médio entre R\$ 30.000,00 e R\$ 50.000,00/mês; seguidos por 20% que declararam auferir por mês mais de R\$ 50.000,00. Os demais respondentes (49%) declararam auferir menos que R\$ 30.000/mês, sendo que destes, 15,6% informaram obter um faturamento inferior a R\$ 10.000,00/mês.

Outra questão pesquisada diz respeito à retirada mensal do gestor. Nesse sentido, observou-se um ponto interessante. Apesar de 51% dos entrevistados declararem possuir um faturamento mensal acima de R\$ 30.000,00 (ver comentário anterior), constatou-se que 35% dos entrevistados informaram retirar por mês cerca de R\$ 1.000,00 a R\$ 2.000,00; seguidos por 27% que afirmaram auferir mensalmente entre R\$ 2.000,00 a R\$ 3.000,00. Apenas 18% dos perquiridos afirmaram retirar por mês mais que R\$ 5.000,00.

4.2 Análise Descritiva do Grupo 2: Quanto ao Uso do Princípio da Entidade

Assim, perquiriu-se sobre a utilização da conta corrente da empresa para fins pessoais, o uso do veículo do próprio para fins comerciais, a utilização do caixa da empresa para pagamento de contas pessoais e a existência de uma retirada fixa de pró-labore.

Com relação ao primeiro item, observou-se que 60% dos entrevistados responderam não utilizar a conta corrente da empresa para fins pessoais; enquanto que 36% afirmam usar a conta da empresa para finalidades particulares e 4% afirmam usá-la apenas eventualmente.

Em relação ao uso do veículo próprio para atividades comerciais, observou-se que 88% dos respondentes afirmaram utilizar o veículo de uso pessoal para uso na empresa, enquanto que 12% não se utilizam dessa prática.

No que concerne ao uso do caixa para pagamento de contas pessoais do gestor, 36% afirmam que utilizam o caixa para pagamento de suas contas pessoais, 33% responderam não utilizar o caixa da empresa para pagamento de suas contas pessoais e 31% responderam utilizá-lo eventualmente.

No tocante a retirada fixa mensal de pró-labore, 60% afirmaram fazer retirada fixa mensal, 17% responderam que não realizam retiradas fixas mensais e 22% fazem retirada eventualmente.

4.3 Análise Descritiva do Grupo 3: Quanto à Gestão de Custos

Com relação ao controle de custos, 80% dos respondentes responderam utilizá-lo em suas empresas, contra 20% que afirmaram não fazer nenhum controle desta natureza. Para os entrevistados contidos neste último percentual, perguntou-se o porquê da não utilização de nenhum controle de custos, sendo as respostas assim resumidas: 45% destes alegaram falta de tempo, 18% afirmaram não conseguir se organizar, 9% respondeu que este fato aumentaria as despesas com o contador e 27% não responderam. Ainda em relação ao percentual de 20% que afirmou não possui nenhum controle de custos, indagou-se se estes gostariam de possuí-lo, e como resposta, obteve-se um percentual positivo de 67%.

Debruçando sobre a parte da amostra que afirmou possuir um sistema de controle de custos (80% dos entrevistados), buscou-se verificar qual o método mais utilizado. Analisando-se os dados, verificou-se que custeio por absorção é o preferido por 45% dos respondentes, seguido pelo custeio variável (40%) e pelo método de acumulação de custos

(14,3%). Quando indagados se o método utilizado era satisfatório, 75% dos entrevistados responderam afirmativamente; 11%, negativamente; e 14% declaram estar parcialmente satisfeitos.

Verificou também se os dados oriundos do sistema de custos geravam informações úteis para a tomada de decisão. Como resposta, obteve-se que 50% responderam afirmativamente, 3%, negativamente e 47% afirmaram que tomavam decisões parcialmente amparadas pelo referido sistema.

4.4 Análise Descritiva do Grupo 4: Quanto à Formação de Preços

As perguntas deste grupo visaram identificar se o gestor utiliza algum parâmetro para formação de preços, e em caso afirmativo qual parâmetro seria utilizado.

Em relação à primeira indagação, observou-se que a maioria dos respondentes (96%) respondeu utilizar algum parâmetro para formação de seus preços; contra 2% que não se utilizam de nenhum parâmetro e 2% que afirmaram utilizar-se apenas em algumas ocasiões.

Para aqueles respondentes que afirmaram utilizar-se de parâmetros para formação de preços, buscou-se averiguar quais são estes parâmetros. Como resposta obteve-se o seguinte: a maioria destes (56%) utiliza-se do próprio mercado como balizador para a formação do preço, contra 40% que formam o preço com base no custo dos produtos fabricados acrescido de uma margem de lucro desejada. O índice de não resposta a esta pergunta foi de 4%.

4.5 Análise Descritiva do Grupo 5: Quanto à Demonstração do Fluxo de Caixa

Neste grupo de perguntas, verificou-se se as empresas se utilizam de um fluxo de caixa, em caso positivo, como este é elaborado, e se os gestores estão satisfeitos com as informações geradas por esta ferramenta.

Em relação a primeira perquirição, observou-se que a maioria dos respondentes (51,1%) dos respondentes elaboram fluxos de caixas em suas empresas. Para estes respondentes, o fluxo de caixa é elaborado da seguinte forma: 31,1% construíram uma planilha eletrônica onde podem acompanhar o fluxo de entrada e saída de recursos; 6,7% destes afirmaram que construíram o fluxo de caixa baseado em anotações pessoais; 2,2% possuem um sistema informatizado de fluxo de caixa e 8,9% utilizam-se do livro caixa fornecido pela contabilidade.

Quando perguntados se estavam satisfeitos com as informações geradas pelo fluxo de caixa, 26,7% responderam afirmativamente enquanto que 22,2 declararam estar parcialmente satisfeitos. O índice de não resposta a esta pergunta foi de 51,1%.

4.6 Análise Descritiva do Grupo 6: Quanto ao Uso da Informação Contábil

Neste grupo de perguntas, buscou-se averiguar quem é o responsável pela execução da contabilidade nas empresas, se a empresa utiliza-se das informações contábeis para a tomada de decisão, qual informação fornecida pela contabilidade é mais importante para a gestão da empresa, se o gestor estaria satisfeito com as informações prestadas pela contabilidade e se estas eram compreensíveis.

Para aqueles gestores que declararam não possuir um sistema de custos, buscou-se averiguar se os contadores destas empresas alertavam o gestor para a importância desta ferramenta gerencial e da relevância de um sistema de custos para auxílio na formação de preços. Por fim, observou-se também se os contadores alertavam os gestores que não elaboravam fluxos de caixa, sobre a importância da utilização deste relatório.

No que concerne a primeira indagação, verificou-se que na maioria dos casos (89%), o responsável pela contabilidade na empresa é um profissional contabilista autônomo, contra 4,3% em que o responsável é um contabilista pertencente ao quadro de funcionários da própria empresa. Verificou-se ainda que em 6,7% dos casos a contabilidade da empresa é realizada por “outros profissionais (não contabilistas)”.

Foi observado que em 56% dos casos, a empresa se utiliza freqüentemente das informações geradas pela contabilidade para tomada de decisão, sendo que as informações mais requeridas são: 26,7% de natureza tributária; 20% relacionadas ao balanço patrimonial; 13,3% relacionadas aos custos; 8,9% referentes a relatório de vendas e ao fluxo de caixa; 4,4% referentes ao balancete mensal/trimestral; e 2,2% relacionados à demonstração do resultado. O índice de não resposta a esta foi de 2,2%.

Para aqueles gestores que não possuem um sistema de custos (20% da amostra pesquisada) foi verificado se o profissional contabilista já havia alertado sobre a importância desta ferramenta gerencial. Como resposta, obteve-se um índice afirmativo de 62,5%.

Foi também observado se os referidos profissionais contabilistas já haviam comentado com estes gestores sobre a importância dos custos na formação de preços dos produtos, em que se observou uma resposta afirmativa em 83,3% dos casos.

Por fim também se arguiu sobre o fato dos contabilistas terem alertado para aqueles gestores que não realizam controle dos fluxos de caixa (49% da amostra) sobre a importância deste relatório na administração da empresa, sendo que a resposta foi positiva em 86,7% dos casos.

4.7 Análise Inferencial dos Dados

Nesta análise foram verificadas possíveis relações associativas entre as variáveis pertencentes aos seis grupos estudados. Para tanto, optou-se pelo uso da estatística não paramétrica por meio dos testes de Tabulação Cruzada e Correlação de Pearson. Foram consideradas significativas as correlações cujo *Asymp. Sig.* fossem inferior a 5%.

O primeiro grupo de variáveis a mostrar uma correlação significativa foi aquele relacionado com idade dos respondentes e as retiradas fixas de pró-labore (*Asymp. Sig.* = 0,033). Por meio da análise de tabulação cruzada (*cross tab*), identificou-se que aqueles entrevistados que possuem maior idade (acima de 40 anos) retiram pró-labore de forma fixa, e, por outro lado, os mais jovens não adotam esta prática.

Outra variável relacionada com a idade foi à intenção de possuir um controle de custos (*Asymp. Sig.* = 0,011). Aplicando-se o teste de tabulação cruzada, verificou-se que entre aqueles entrevistados que declararam não possuir um controle de custos, os mais novos (idade entre 20 e 30 anos) revelaram não ter a intenção de possuir tal sistema, ao passo que os mais velhos (idade acima de 40 anos), assumiram uma posição contrária.

A terceira correlação relevante encontrada na pesquisa referente à idade foi a relacionada à satisfação com as informações evidenciadas no fluxo de caixa (*Asymp. Sig.* = 0,013). O teste de tabulação cruzada revelou que os respondentes mais novos (idade entre 20 e 30 anos) estão mais satisfeitos com esta informação do que aqueles com mais idade (idade acima de 40 anos).

Outra correlação revelada significativa (*Asymp. Sig.* = 0,050) disse respeito ao gênero do respondentes. Esta variável mostrou-se relacionada ao grau de compreensibilidade das informações contábeis, sendo que o teste de correlação cruzada permitiu verificar que os homens compreendem melhor as informações contidas nos relatórios contábeis do que as mulheres.

O grau de instrução dos respondentes também apresentou correlações significativas (*Asymp. Sig = 0,046*). Esta variável revelou uma relação associativa com o grau de satisfação em relação às demonstrações contábeis. Os resultados da tabulação cruzada revelaram que os respondentes que possuem nível fundamental e médio estão mais satisfeitos com as informações trazidas pela contabilidade do que aqueles que possuem nível superior.

O tempo de negócio revelou-se significativamente associada ao nível de satisfação com as informações do fluxo de caixa (*Asymp. Sig = 0,031*). A análise de tabulação cruzada permitiu observar que os respondentes que possuem menor tempo de negócio (de 1 a 5 anos) estão mais satisfeitos com as informações geradas pelo fluxo de caixa do que aqueles que possuem o negócio a mais tempo.

A última correlação significativa foi a relacionada com o ramo de atividade e o nível de satisfação com as informações do fluxo de caixa (*Asymp. Sig = 0,044*), sendo que aqueles que trabalham no ramo de comércio estão mais satisfeitos do que aqueles que trabalham no ramo industrial.

5. CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve por objetivo verificar até que ponto as empresas do pólo têxtil do agreste pernambucano utilizam as informações da contabilidade gerencial para alcançar o lucro desejado. Como informações gerenciais foram observados os seguintes aspectos: a) informações relacionadas à gestão de custos; b) informações relacionadas à formação de preços; c) informações relacionadas à formação do fluxo de caixa.

Com relação às informações gerenciais geradas por um sistema de custos, observou-se que a maioria dos entrevistados utilizam-se destas na condução de seus negócios. O motivo apresentado para aqueles que não fazem uso desta prática foi: falta de tempo, impossibilidade de organizar-se para tal e receio do aumento nas despesas. Contudo, apesar destas escusas, a maioria dos entrevistados que não possuem um sistema de custos implantado nas suas empresas declararam que gostariam de possuí-lo. Debruçando-se sobre a parte da amostra que afirmou utilizar informações gerenciais geradas por um sistema de custos (80% dos entrevistados), buscou-se verificar qual o método mais utilizado, e como resposta observou-se que o custeio por absorção é o preferido, seguido pelo custeio variável e pelo método de acumulação de custos. Quando indagados se o método utilizado era satisfatório, a maioria dos entrevistados respondeu afirmativamente a esta pergunta. Por fim, verificou-se também se os dados oriundos do sistema de custos geravam informações úteis para a tomada de decisão, obtendo-se uma resposta afirmativa da maioria dos entrevistados.

Quanto à formação de preços observou-se que a maioria dos respondentes utiliza algum parâmetro para formação deste, sendo preferencialmente o próprio mercado, seguido do custo dos produtos fabricados acrescido da margem de lucro desejada.

Quanto às demonstrações de fluxo de caixa, observou-se que mais da metade dos respondentes elaboram fluxos de caixa. Estes são registrados, em ordem decrescente de importância: através de planilhas eletrônicas, livro caixa, anotações pessoais e sistemas informatizados. Com relação à satisfação quanto às informações geradas pelos registros, dentre os que responderam, a maioria se manifestou positivamente.

A análise quanto ao uso da informação contábil revelou que, na maioria dos casos, o responsável pela contabilidade da organização é um profissional contabilista autônomo, seguido pelas empresas onde a contabilidade é realizada por não contabilistas e uma minoria de casos na qual o contabilista é funcionário da própria empresa. Dentre as informações requeridas, a principal é de natureza tributária, seguida dos balanços patrimoniais, custos,

vendas e fluxo de caixa, balancete e demonstração de resultado. Para os gestores que não possuem sistema de custos ou controle de fluxos de caixa, verificou-se que, em grande parte, o profissional contabilista já os tinha alertado sobre sua importância. Após a análise descritiva dos dados, buscou, através da análise inferencial, verificar possíveis relações associativas entre as variáveis pertencentes aos seis grupos estudados. Com o uso da estatística não paramétrica por meio dos testes de Tabulação Cruzada e Correlação de Pearson, constatou-se, a nível de significância *Asymp. Sig.* de 5%, que na amostra, os mais jovens não retiram pró-labore de forma fixa e estão mais satisfeitos com as informações evidenciadas no fluxo de caixa, e dentre esta faixa etária, os que declararam não possuir um controle de custos, também revelaram não ter a intenção de possuir tal sistema. Em contrapartida, os entrevistados que possuem maior idade (acima de 40 anos) retiram pró-labore de forma fixa, estão menos satisfeitos com as informações evidenciadas no fluxo de caixa e dentre os que declararam não possuir um controle de custos, essa faixa etária revela intenção de possuir tal sistema. Em relação ao gênero dos respondentes, o teste de correlação cruzada permitiu verificar que os homens compreendem melhor as informações contidas nos relatórios contábeis do que as mulheres. Constatou-se ainda que os respondentes que possuem nível fundamental e médio estão mais satisfeitos com as informações trazidas pela contabilidade do que aqueles que possuem nível superior. E que os respondentes que possuem menor tempo de negócio (de 1 a 5 anos) e que aqueles que trabalham no ramo de comércio estão mais satisfeitos com as informações geradas pelo fluxo de caixa do que aqueles que possuem o negócio há mais tempo ou que trabalham no ramo industrial.

6. REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Maria Thereza Pompa. A influência dos investimentos em Capital Intelectual no desempenho das empresas: um estudo baseado no entendimento de gestores de grandes empresas brasileiras. Tese (Doutorado em Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. São Paulo : Universidade de São Paulo, 2004.
- ARAUJO, Carlos Augusto Lucena. (2006). *Análise da Cadeia têxtil e de confecção do Estado de Pernambuco e os impactos nela decorrente do fim do acordo sobre têxteis e vestuários*. Dissertação de mestrado: Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFPE.
- BRAGA, R; Marques, J. A.V. DA C. (2001). *Avaliação da liquidez das empresas através da análise da demonstração de fluxo de caixa*. Revista Contabilidade & Finanças. São Paulo. FIECAFI, V. 14 n 25, p. 6-23.
- BERNARDI, Luiz Antonio. Política e formação de preços: uma abordagem competitiva, sistêmica e integrada. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- BORNIA, Antônio Cezar. (1995). *Mensuração das perdas dos processos produtivos: uma abordagem metodológica de controle interno*. 125 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina.
- BEUREN, Ilse Maria; OLIVEIRA, Hilamar V. (jan./mar. 1996). Mensuração das atividades empresariais: custeio baseado em atividades x método da unidade de esforço de produção. Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, v. 25, n. 84, p. 31-39.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. (1983). Metodologia Científica: para uso dos estudantes universitários. McGraw-Hill do Brasil, São Paulo.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Estrutura Básica Conceitual. 2007.

CHURCHILL Jr., G.A; e PETER, P. (2000). *Marketing: criando valor aos clientes*. São Paulo: Saraiva.

FRIEDRICH, João. (2005- jun-nov). Fluxo de Caixa- sua importância e aplicação nas empresas.Revista Eletrônica: UFSM-RS.

FIORESE, Abrão. (2005).*Um Estudo da Aplicação de diferentes métodos de custeio em industria metalúrgica de pequeno porte*.Dissertação do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, do programa de pós- graduação em Ciências Contábeis da universidade regional de Blumenau. Santa Catarina.

GARRISON, R.H., NOREEN, E.W. Contabilidade Gerencial. Ed. LTC. 2001.

GARRISON, R.H., NOREEN, E.W. e BREWER, P.C. Contabilidade Gerencial. Ed. LTC. 2007.

HENDRIKSEN, E. S.; Breda, M. F. V. (1999). *Teoria da Contabilidade*. São Paulo: Atlas.

HANSEN, Don R.; MOWER, Maryane M. (2000). *Cost Management: accounting and control*.3 rd. ed. Ohio: South-Western College Publisinhing.

KAM, Vernon. (1986). *Accounting theory*. Hayward, CA: John Wiley & Sons INC.

IUDÍCIBUS, Sergio de; MARION, José Carlos. (2002). *Introdução à Teoria da Contabilidade*. 3 ed. São Paulo: Atlas.

Conselho Federal de Contabilidade (CFC). (2006).*Princípios Fundamentais de Contabilidade*. Brasília: CFC.

LUCENA, Marcus Vinicius de Medeiro.(2004). *Formulação de Estratégias em empresas Industriaisdo Pólo de Confecção do cluster de Santa Cruz* .Dissertação de mestrado: Universidade Federal de Pernambuco.Recife:UFPE.

MARTINS, Eliseu. (1991-Abril) .Caderno de estudo n 2. São Paulo. FIECAFI.

MAHER, Michel.(2001).*Contabilidade de Custo: criando valor para a administração*.São Paulo: Atlas.

MACCARTHY. J. Marketing. 1 ed. Ed. Campus. 1982

MARTINS, Eliseu. (2004). *Teoria da Contabilidade*. São Paulo: Atlas

MATTAR, Fauze Najib. *Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento*. São Paulo: Atlas. 1996.

PADOVEZE, Clovis Luiz.(2000). *Contabilidade Gerencial*. São Paulo: Atlas.

PADOVEZE, Clovis Luiz.(2004). *Contabilidade Gerencial*. São Paulo: Atlas.

PEREZ JR, José Hernandez; OLIVEIRA, Luís Martins de; COSTA, Rogério Guedes. (1999).*Gestão estratégica de custos*. São Paulo: Atlas.

QUEIROZ, Luziana Maria Nunes. Investigação do Uso da Informação Contábil na Gestão das Micros e Pequenas Empresas da Região do Seridó Potiguar . Dissertação de Mestrado do Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós Graduação em Ciências Contábeis. Natal – RN. 2005.

RAPOSO, M.C.; GOMES, G.M 2003. *Estudo de Caracterização Econômica do pólo de Confecção do agreste pernambucano*. Relatório Final apresentado ao SEBRAE-PE. Recife: FADE/UFPE. Disponível em: www.sebrae-pe.com.br.

SANTOS, Roberto Vatan.(1. semestre, 1999). *Planejamento do “target-price” Segundo o Enfoque da Gestão Econômica*. Revista Brasileira de Custos. São Leopoldo. V1. p.21-35.

SERVIÇO DE APOIO A PEQUENAS E MICRO EMPRESAS-SEBRAE.(2005)
Classificação de empresas por números de empregados. Disponível em: www.sebrae.com.br.

WERNER, R. Relatórios Gerenciais para empresa varejistas com ênfase na margem

de contribuição: In Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília DF, nº 119, v28.1999